

DADOS DA DISCIPLINA		
Nome da Disciplina: PRÁTICA PROCESSUAL V		
Curso: DIREITO		10°. Período
Carga horária semanal 2 hs/a	Carga horária semestral 36 hs/a	
Docente Responsável:		
EMENTA		

Elaboração de petição inicial, contestação e recurso. Áreas de estudos: Direito Civil, Constitucional, Administrativo, Empresarial, Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança, Habeas Data e Habeas Corpus.

OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver no discente a capacidade de identificar os instrumentos processuais adequados aos casos práticos propostos, exercitando e desenvolvendo a habilidade de raciocínio jurídico e de elaboração de diversas peças processuais utilizadas na prática forense, com a compreensão do sistema processual e dos procedimentos. Formação intelectual do discente que possibilite a compreensão e a interpretação da doutrina e da jurisprudência em sua aplicação prática nos processos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Desenvolvimento da capacidade de identificação das peças processuais e da habilidade de redação técnico-jurídica segundo os requisitos exigidos para elaboração das petições, contestações e recursos. Propiciar ao discente o exercício da redação jurídica nos ditames da estrutura adequada aos diversos tipos de peças profissionais, com aplicação prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Elaboração de petições iniciais, contestações e recursos nas áreas de direito: Civil, Constitucional, Administrativo, Empresarial, Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Segurança, Habeas Corpus e Habeas Data, com utilização de casuística. Nas petições iniciais serão observados os pressupostos processuais, condições da ação e requisitos da petição inicial, técnica de exposição dos fatos, hipótese normativa, do fato jurídico, da relação jurídica envolvida nos casos práticos, do direito, da causa de pedir e do pedido, com observância da estrutura. Nas contestações será abordada a técnica de exposição dos fatos e argumentos, arguição de preliminares e mérito, com exposição das razões da defesa e dos fatos desconstitutivos, impeditivos ou modificativos do direito alegado pelo autor, observada a regra da impugnação especificada dos fatos, observada. Nos recursos cíveis serão abordados os requisitos de admissibilidade recursal (cabimento, tempestividade e regularidade formal), os requisitos exigidos no art. 514 do Código de Processo Civil, a exposição das razões jurídicas que justificam a reforma da decisão recorrida, com elaboração das peças de interposição e razões recursais, com pedidos de conhecimento e provimento do recurso com a reforma da sentença.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM (METODOLOGIAS DE SALA DE AULA)



A efetivação dos objetivos propostos se dará através da realização de aulas expositivas, que seguirão o roteiro de temas do conteúdo, sempre buscando estimular a discussão conjunta e participativa dos alunos. Também será essencial o contato dos discentes com textos previamente indicados, para discussões em sala, realização de seminários e análise de casos reais decorrentes de pesquisa jurisprudencial. Através dos métodos hipotético-dedutivo e dialético será construída a base epistemológica da disciplina.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação será desenvolvida sob três modalidades: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa. Nos primeiros encontros, as aulas buscarão estabelecer as relações do conteúdo trabalhado com conhecimentos preliminares, revisando-se brevemente temas e abordagens desenvolvidos em etapas anteriores do Curso. Nesse momento, o docente será capaz de identificar deficiências de formação teórica e técnica do aluno, cabendo-lhe empregar as ferramentas adequadas para corrigi-la. A aprovação do aluno será condicionada à obtenção das médias estabelecidas pelo regimento do Curso, a partir de avaliações que aferirão o domínio dos conteúdos ministrados e o adequado emprego da linguagem técnico-jurídica. Além das provas, compostas de questões de múltipla escolha e questões discursivas, serão apresentados estudos de casos e análise de jurisprudência.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Diante de resultados insatisfatórios nos trabalhos e avaliações parciais, serão desenvolvidas atividades complementares de nivelamento, visando reforçar os conteúdos e viabilizar condições reais de recuperação do aluno. Propõem-se, para tanto, questionários adicionais, seminários e estudos dirigidos envolvendo os pontos teóricos problemáticos.

BIBLIOGRAFIA - BÁSICA

LETTIÈRE, Juliana Francisca; BARROSO, Darlan. Prática Jurídica Civil. 5 ed. RT, 2013

FRISKE, Gabriela; TOLDO, Julio Cossito. Prática Forense Cível - Petição Inicial e Contestação. 9 ed. Freitas Bastos, 2013.

BERTOLO, José Gilmar. Petições Forenses Anotadas. 9 ed. J. H. Mizuno, 2013

BIBLIOGRAFIA – COMPLEMENTAR

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil.46ed São Paulo: Forense, 2011.

WAMBIER, Luis Rodrigues. Curso avançado de processo civil. 1.ed. São Paulo: RT, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do Processo de Conhecimento 9ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 27ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

FLORENCE, Ruy Celso Barbosa; CAMPESTRINI, Hildebrando. Como redigir petição inicial. 3ed Saraiva, 2010.